



O FUNCIONAMENTO DOS DISCURSOS CONSIDERADOS HOMOFÓBICOS ENTRE ALUNOS GAYS NUMA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO MÉDIO DE BELO HORIZONTE- MG.

Jaime Peixoto da Silva¹
André Márcio Picanço Favacho
Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG

RESUMO:

Utilizando o que Michel Foucault chama de Procedimentos de Controle do Discurso, esta pesquisa tem por objetivo analisar o funcionamento dos discursos considerados homofóbicos entre estudantes de uma escola de ensino médio da rede pública de Belo Horizonte- MG. Por meio de observação do cotidiano escolar e entrevistas semiestruturadas, objetiva-se acompanhar esses alunos em seus cotidianos, a fim de registrar o conjunto geral de suas práticas, atitudes, habitus (rotinas) no interior da escola. Busca-se pensar o funcionamento dos discursos considerados homofóbicos sob um prisma pouco convencional, ou seja, o de que este se transforma dependendo de onde vem e de quem o utiliza. Em outras palavras, muitas expressões, brincadeiras e xingamentos considerados como homofóbicos em outros contextos, são dentro do grupo de amigos perfeitamente utilizados sem conotação homofóbica. Assim, este trabalho questiona: como tais jovens caracterizam o discurso homofóbico? Quem estaria autorizado a fazer uso deste discurso “transformado”? Como tal transformação do discurso é administrada e que limites são impostos? A metodologia aqui proposta, fundamentada no pensamento foucaultiano, centra-se, como já dito, nos “procedimentos de controle do discurso” (Foucault, 2013) e tem por objetivo mostrar como tais procedimentos tomam forma na escola, no que tange ao “dito” e ao “interdito” sobre as relações de poder que perpassam os discursos sobre práticas homofóbicas.

Palavras-chave: Discursos homofóbicos; homofobia; alunos gays; escola.

¹ Jaime Peixoto é mestrando em educação (UFMG);jaimepeixotoufmg@gmail.com; André Favacho é Doutor em educação e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMG); amfavacho@hotmail.com





INTRODUÇÃO²

As vezes pego e falo com algumas meninas né, aí elas pegam e falam 'ah, não sei o que, seu *viado*'. Aí eu pego e olho pra cara delas com cara assim de que não gostei. Pra dizer que assim, eu não gosto que me chamem por esse nome. Tem pessoas que te chamam de *viado* com a pior das intenções, mas já tem pessoas que me chamam de *viado* e é de uma forma amigável, tipo ela tem aquele respeito, porque já tem aquele tempinho com você, já tem aquela liberdade, intimidade. (fala de aluno entrevistado).

O trecho citado acima, extraído de entrevista de campo para realização de trabalho monográfico no ano de 2013, na cidade de Fortaleza, Ceará, despertou minha atenção para uma questão que, até então, não havia dado a devida importância, a saber, o fato de que os sujeitos/alunos gays da escola pesquisada toleram “brincadeiras”, frases, piadas preconceituosas (talvez, homofóbicas) por parte de alguns indivíduos (colegas de sala, amigos próximos que podem ser gays ou não) por considerarem que, como existe parceria/intimidade, tal discurso, embora normalmente considerado homofóbico, machista e/ou sexista, não é ofensivo sendo encarado como mera “brincadeira”. Por outro lado, não existindo laços de parceria e proximidade entre os sujeitos os mesmos discursos e atitudes não são aceitos, pois, destaca-se neles um forte caráter pejorativo e deslegitimador do sujeito.

Com tal situação em mente, trago como norte a seguinte questão: Como se dá o funcionamento dos discursos/práticas considerados homofóbicos entre agentes da pesquisa? Estabeleceu-se diálogo com a literatura da área da educação buscando explicitar que questões são abordadas quando se fala em homofobia na

² O referido texto é parte de pesquisa de mestrado em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da universidade Federal de Minas Gerais- MG, e, por se tratar de aproximações iniciais, ainda não apresenta resultados e conclusões de pesquisa.



escola e, além disso, verificou-se nos trabalhos publicados sobre o tema do funcionamento dos discursos homofóbicos tem sido tratada de modo incipiente, sendo ainda uma questão que precisa ser considerada com afinco em sua complexidade, neste caso, fica evidente a contribuição desta pesquisa para este campo do conhecimento.

Bem, é evidente que, atualmente, luta-se por um ambiente escolar sem homofobia onde pesquisas têm sido feitas e políticas públicas pensadas (mesmo que com falhas e incoerências) para possibilitar debates sobre a questão (Abramovay, 2004; Borrilo, 2000; Ferrari, 2011; Junqueira, 2009; Brasil, 2004, 2007, 2009). Diante disso, pensando no problema que aqui proponho investigar, indago sobre como interpretar a postura do público gay da escola, de suposta tolerância e validação de discursos ofensivos (homofóbicos). Como tais jovens caracterizam a ideia de homofobia? Mais ainda, como tal tolerância é administrada e que limites são impostos? Como os discursos de professores e coordenadores se apresentam diante das supostas brincadeiras para com e entre os alunos gays?

Para além das questões acima, questiono-me sobre a relação que talvez exista entre a ideia de intimidade entre os sujeitos e a tolerância dos ditos discursos homofóbicos. Quem estaria autorizado a fazer uso deles e como são estabelecidos os códigos que o legitimam entre os agentes na escola? A existência de laços de parceria não conflituosa entre os sujeitos da escola também seria condicionada e/ou influenciada por esta atitude de tolerância de posturas homofóbicas por parte dos sujeitos da pesquisa?

Todavia, explico já de antemão que, diferente do que se tem produzido sobre homofobia na escola e jovens gays vítimas de discriminação no campo escolar (Bontempo, 2002; Davi, 2005; Junqueira, 2007, 2009; Galán, 2009; Silva, 2010), não é minha intenção evidenciar e traçar um perfil de um aluno-vítima, vitimado por ser gay, passivo diante dos jogos de poder dentro da escola, que sendo alvo da discriminação homofóbica se cala e se invisibiliza. Este ponto é importante e





também pode ser encarado como uma forma de resistência. No entanto, busco outro lado da questão, talvez ainda obscuro e, por isso, instigante, mostrar um “aluno em situação de agente” que, embora seja alvo de inúmeros preconceitos, consegue “jogar o jogo” presente na escola, um sujeito que não se cala, nem se invisibiliza, mas, consegue inserir-se e firmar-se nas teias de conflito de modo ativo, se munindo de instrumentos e estratégias em seu benefício. Pois, como diz Lanaspa (2009), os jovens são conscientes de sua invisibilidade e do que isto representa, querem rompe-la, querem ser escutados e entendidos. Como se daria tal processo de mudança de vítima para agente? Como este pode ser concretamente percebido no dia a dia da escola?

Com isso, pretendo mostrar uma nova possibilidade de se fazer aceito, de resistir e se impor, mesmo sendo considerado “diferente”, pois, como nos diz Ferrari (2011, p. 76), o discurso considerado homofóbico atua para menosprezar o sujeito que dele é alvo, porém, “ele também pode ser entendido e utilizado de outra forma, abrindo uma nova possibilidade. Ao ser chamado por um nome se oferece à pessoa certa possibilidade de existência e resistência”. É a tal resistência que quero trazer luz, não um resistir que se efetiva pelo afastamento dos sujeitos agressores ou pelo uso cego de um discurso militante do tipo “sou gay sim, e daí”, mas, uma “outra resistência” pautada na utilização dos códigos e regras do “inimigo” em que o “aluno em situação de vítima” se apropriando destes, os transforma e, mais ainda, transforma a si próprio enquanto sujeito, tornando-se “aluno em situação de agente”.

A ideia que defendo com o uso dos termos “aluno em situação de vítima” e “aluno em situação de agente” está ancorada na maneira como são apresentados nas discussões sobre homofobia os jovens que dela são alvo. Tais sujeitos são retratados sempre numa posição de desvantagem, sendo vítimas inertes, na maioria das vezes, de discursos e práticas de agressão e discriminação, tendendo sempre ao isolamento, a invisibilização e ao silêncio (Abramovay e Castro, 2004; Borges e Meyer, 2008; Galàn, 2009; Lanaspa, 2009; Pereira e Leal, 2002).





Obviamente, não estou defendendo que estes não são vítimas da homofobia e de que esta não tem efeitos negativos sobre os mesmos. No entanto, devemos analisar a questão somente sob este prisma? Onde estão os jovens que publicamente fazem frente à discriminação? Como fazem isso? O que defendo aqui, não é que esqueçamos que a homofobia faz vítimas, mas que atentemos também para o fato de que existem indivíduos que, fazendo uso dos códigos do meio onde estão inseridos conseguem se fazer aceitos, ressignificando posturas, discursos, se despidendo das vestes de mera vítima e se armando para entrar no jogo das negociações.

Entre as negociações que precisam ser feitas para que se estabeleçam laços de intimidade e parcerias entre os sujeitos está a autorização por parte dos jovens gays de práticas/discursos homofóbicos vindos de seus pares. Isso se dá, porque, como já dito, uma das maneiras pelas quais a homofobia se apresenta é por meio de piadas, brincadeiras, frases discriminatórias, etc, (Roselli-Cruz, 2011). Assim sendo, a autorização de tais práticas pode se configurar em um indício de que a coesão do grupo é forte, já que tais práticas, provavelmente, jamais seriam aceitas se viessem de estranhos ou mesmo de pessoas que, embora conhecidas, não foram autorizadas a tal uso (Roselli-Cruz, 2011, p. 76).

Com isso, deixo de lado um pouco o “aluno em situação de vítima”, sempre o deixando ao alcance das vistas, e me concentro neste “aluno em situação de agente”, possuidor do poder de “autorizar” o outro, mas, ao menos tempo sendo autorizado a se fazer presente, num processo dialético de negociação baseado sempre na capacidade de dar novos sentidos e utilidades ao que antes só servia para inferiorizar, calar e invisibilizar. Quem antes era apenas vítima/alvo, agora, também tem poder de fogo!

NOTAS SOBRE HOMOFOBIA

Para tratar da questão do funcionamento dos discursos e práticas consideradas homofóbicas no campo escolar, foco desta pesquisa, é imprescindível





que primeiro se entenda o que tem sido discutido pelos autores da área da educação sobre Homofobia na escola e que aproximações podem ser percebidas entre os trabalhos que se propõem a dar conta deste tema com o debate que aqui apresento.

O termo homofobia, usado pela primeira vez pelo psicólogo clínico George Weinberg (1972), foi cunhado para nomear o “medo de estar próximos a homossexuais”. Entretanto, com o passar dos anos seu sentido foi ampliado passando a englobar “uma variada gama de sentimentos e atitudes negativas em relação a homossexuais e à homossexualidade” (Junqueira, 2009; Rios, 2008).

Tais discursos consolidam-se tendo o sistema heterossexista como parâmetro, em que, a homofobia se apresenta como uma derivação da imposição da norma heterossexual. Tratando disto, Rios comenta que

O parâmetro da heterossexualidade hegemônica como norma social e cultural e a naturalização da heterossexualidade acaba por distinguir, restringir, excluir ou preferir, com a consequente anulação ou lesão, o reconhecimento, o gozo ou o exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais de tantos quantos não se amoldem ao parâmetro heterossexista (2008, p. 71)

Comentando a legitimação deste padrão heteronormativo utilizado por nossa sociedade e reforçando os efeitos perversos sobre os indivíduos que com ele não se afinam, Louro (2008) argumenta que desta lógica, decorre um fato ainda mais grave, qual seja, muitos setores de nosso meio social como o sistema de saúde, de educação e o campo jurídico, por exemplo, são construídos à imagem de tal heterossexualidade. Diz a autora: “São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado” (Louro, 2008, p. 90). Aqueles que escapam da norma sofrem com as sanções do meio social, sendo impostos a estes processos de reeducação com o único objetivo de conformação à regra instituída. Os que insistem em não se enquadrar “serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com





recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos” (ibidem).

Falando do princípio da heterossexualidade presumida Junqueira (2011) é categórico ao afirmar que a tendência de se presumir a heterossexualidade deriva de uma forte crença nos processos de heterossexualização compulsória que está intrinsecamente relacionado à produção dos processos de silenciamento das identidades desviantes. Em suas palavras:

A presunção de heterossexualidade enseja o silenciamento e a invisibilidade das pessoas homossexuais e, ao mesmo tempo, dificulta enormemente a expressão e o reconhecimento das homossexualidades como maneiras legítimas de se viver e se expressar afetiva e sexualmente. (Junqueira, 2011, p. 105).

Assim, na ideologia heterossexista, mais do que uma questão de preferência ou orientação sexual, a dicotomia heterossexualidade/homossexualidade é parte do reconhecimento discriminatório da suposta dignidade dos sujeitos e da distribuição dos benefícios sociais, políticos e econômicos. Isto porque fazer parte de grupos tidos como inferiores implica em restrições (Rios, 2008).

Numa aproximação desse debate com o campo escolar, registra-se que dos anos 2000³ para cá muitas pesquisas foram financiadas com o fim de identificar a ocorrência e a dimensão de tais práticas homofóbicas nas escolas brasileiras para, a partir daí, pensar na elaboração de políticas de combate à discriminação de alunos LGBTT na escola. Entre estes, se pode mencionar os estudos de Abramovay, 2004; Borges e Meyer, 2008; Junqueira, 2009; Brasil, 2009. Tais pesquisas revelaram um preocupante quadro de intolerância às identidades sexuais que não conformam com o padrão heteronormativo, sendo “descritas como desviantes e anormais” (Britzman, 1996). A esse respeito, como dito anteriormente, a homofobia estaria fortemente

³ Neste trabalho optou-se, como recorte temporal, pela utilização de trabalhos publicados de 2000 a 2014. Isso porque foi neste período que houve um aumento considerável da produção sobre o tema no Brasil, principalmente, em decorrência da criação do Programa Brasil Sem Homofobia criado em 2004 pelo Governo Federal. Tal levantamento Bibliográfico foi realizado em sites como: WWW.sciello.com; WWW.bdttd.ibict.br; bem como em Bancos de teses e dissertações de Universidades como: UFMG, UFRGS, UNICAMP, USP.





ligada à heteronormatividade, pois, a partir desta última, estabelece-se arbitrariamente um sistema de hierarquização das identidades de gênero, utilizada pelas instituições disciplinares (como a escola) como instrumento de exercício de poder focado nos corpos com o fim de conformá-los a norma (Foucault, 1997).

Diagnosticado o problema o desafio agora se situa na dificuldade de se definir com clareza o que configuraria uma situação de homofobia na escola. Isso se deve ao fato de que, ao se elaborar políticas públicas de combate à homofobia como o “Programa Brasil Sem Homofobia”, lançado pelo Governo Federal em 2004, que mobilizou inúmeros ministérios como o da Educação, Saúde, Cultura, Secretarias Especiais dos Direitos Humanos, Trabalho e Emprego, Políticas para Mulheres, entre outros, os olhos de todos voltaram-se para a questão, sendo homofobia a palavra do momento quando se trata de discriminação de LGBTTs.

Assim, parece consensual na literatura da área que homofobia se caracteriza pela aversão e desprezo dos indivíduos que se identificam com outras identidades sexuais que não conformam com o padrão heteronormativo (Britzman, 1996; Louro, 1999, 2009; Paiva, 2011), mais ainda, como forma de inferiorizar, desumanizar e distanciar o indivíduo homossexual à semelhança de outras formas de exclusão, como xenofobia, racismo e sexismo (Borrilo, 2000; Ferrari, 2011).

Outro ponto preocupante, na verdade intrigante, que está associado ao bullying, mas também se apresenta bastante impregnado nas práticas homofóbicas em geral ocorridas na escola, já citados por alguns estudos (Abramovay, 2004; Borges, 2011; Ferrari, 2011), é que, a homofobia, muitas vezes, se apresenta de forma mascarada, disfarçada de “brincadeiras”, comuns nas relações entre os jovens de hoje.

Os alunos não tratam mal não, fazem muitas brincadeiras pesadas, mas não é discriminação é só brincadeira. Nossa escola não tem discriminação. Piadinhas que eles mesmos levam na brincadeira. (fala de professora entrevistada).





Curioso notar que na condição de brincadeira a prática homofóbica é, muitas vezes, permitida/tolerada, aliás, tende inclusive, a tirar o peso das discriminações impostas aos alunos LGBTT. Ao que parece, e isto configura-se numa das hipóteses deste trabalho, o que determina a tênue fronteira entre brincadeira e preconceito é o nível de proximidade que os sujeitos têm entre si. Quanto mais proximidade, mais intimidade e liberdade e com isso as chateações como chamar o outro de *viado*⁴, por exemplo, são encaradas, em alguns casos, como brincadeira de amigos (Roselli-Cruz, 2011, p. 76). O que é bem diferente quando alguém de fora do círculo de amigos tem a mesma atitude, pois, se não existe intimidade, não se pode tirar “brincadeiras”, já é preconceito.

Nesse contexto, desvirtua-se o foco da ideia de preconceito, que se camufla, se ressignifica, ganhando nova roupagem passando, às vezes, despercebida pelos sujeitos da escola. Assim sendo, todo ideal heteronormativo cristalizado nas mentes dos indivíduos que praticam ações homofóbicas, acabam sendo externados “docemente”, através da fala, das “brincadeiras”. Neste caso, parece estabelecer-se um ciclo de produção e reprodução de posturas discriminatórias na escola e cada vez mais tem se tornado difícil de desenhar uma linha divisória entre a brincadeira e o preconceito já que, ao que parece, muitos dos sujeitos incluindo os próprios *gays*, internalizaram a ideia errônea de que “pra não perder o amigo é melhor relevar a piada”.

Quais os prejuízos que esta ideia de brincadeira acarreta para a discussão das práticas homofóbicas na escola? Tal mascaramento tem como resultado a naturalização e a dissimulação das situações de homofobia, que vista como meras brincadeiras de jovens são entendidas como não sendo passíveis de intervenção por parte da escola que, se fazendo à margem de tal realidade acaba por reiterá-la. Abramovay e Castro (2004, p. 259) são contundentes ao afirmar que

⁴ Para mais informações sobre as possíveis origens do termo ver: GREEN, James. Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX, pag. 143-147.





“as brincadeiras seriam um recurso usado não somente por alunos, mas também por professores para disfarçar comportamentos e estereótipos”.

Mais ainda, estas “brincadeiras” mostram-se poderosos instrumentos de silenciamento e de controle. Por meio destas, estudantes utilizam-se da homofobia antes mesmo de compreender o que tal prática significa. Através delas, cria-se uma via relacional onde insultos e injúrias ora são explicitados ora dissimulados nos jogos de poder, tendo como consequência o enquadramento de corpos e mentes, bem como de seus modos de se relacionar com o mundo. Tratando desta questão, Arias (2009, p. 39) comenta que o impacto da injúria e do ódio se inscreve no corpo, que consiste em esconder os desejos e cumprir as regras estabelecidas.

ENSAIANDO UMA METODOLOGIA FOUCAULTIANA.

A metodologia aqui proposta, fundamentada no pensamento foucaultiano, centra-se nos “procedimentos de controle do discurso” (Foucault, 2013) e tem por objetivo mostrar como tais procedimentos – externos, internos e de rarefação dos sujeitos- podem ser observados nas relações entre os agentes da pesquisa. Entretanto, neste texto, discorrerei apenas sobre os procedimentos externos e de rarefação dos sujeitos.

Pensando na hipótese levantada pelo autor, de que em toda sociedade a produção do discurso é controlada por procedimentos que visam organizar e redistribuir a materialidade dos discursos transponho tal pensamento para o campo escolar, objetivando problematizar como tais procedimentos de controle tomam forma no chão da escola, no que tange ao dito e o interdito sobre as relações de poder que perpassam os discursos sobre práticas homofóbicas. Neste respeito, Foucault diz que

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder [...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (2013, p.9,10)





Falando dos procedimentos de controle externo do discurso, Foucault destaca três pontos fundamentais: **1)** a Palavra Proibida (Interdição); **2)** a Palavra Rejeitada (separação e rejeição) e **3)** a Palavra Aceita (ciência). Estes são procedimentos que impedem a criação do discurso, embora não seu pensamento. Nessa lógica, pode-se pensar um discurso, mas não é permitido pronunciá-lo.

Tratando da Interdição, o mais evidente e familiar procedimento de exclusão, Foucault diz que, esta se apresenta em três tipos: **1)** o Tabu do Objeto: existem certas coisas, determinados assuntos dos quais não podemos falar, que não podem entrar em nosso discurso. O autor comenta que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2013, p. 9); **2)** O Ritual da Circunstância: há determinados discursos que só podem ser anunciados em determinadas ocasiões; **3)** O Direito Privilegiado ou Exclusivo do Sujeito que Fala: há determinados discursos que só podem ser proferidos por determinados sujeitos. Assim, todas essas interdições, acabam por podar a potencialidade do discurso, logo, o seu poder.

Diante disso, pensando tal interdição para meu objeto, questiono-me: que assuntos são proibidos para os sujeitos da pesquisa? Existe alguma instância da instituição escolar que interdite os discursos dos sujeitos? Como os agentes da pesquisa reagem diante das interdições que lhes são impostas? Em seguida, temos a Palavra Rejeitada, exemplificada por Foucault na figura do louco. Assim, mesmo que o indivíduo tido como louco estivesse falando a verdade, seu discurso não possuía validade, legitimidade e, por isso, não era aceito. Com isso, na escola pesquisada, podemos intuir que os alunos gays são aqueles que têm a palavra rejeitada? Que “palavra” é rejeitada sobre homofobia na escola?

Como último procedimento externo de controle tem a Palavra Aceita (ciência), ou seja, a vontade de verdade, reforçada pelo “modo como o saber é





aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido” (Foucault, 2013, p.17). Todo mundo quer que seu discurso tenha status de verdade, pois isso significa que se tem poder. O discurso nem precisa ser de fato verdadeiro; basta que ele seja passado como tal. No entanto, caso ele não seja aceito como verdadeiro, há o risco da exclusão. O filósofo defende que essa vontade de verdade, tendo o apoio de um suporte institucional, tende a exercer sobre os demais discursos um poder de coerção.

Neste respeito, questiona-se nesse trabalho os discursos de verdade produzidos sobre homofobia na escola, homossexualidade e sobre o homossexual. Que discursos são aceitos por terem o respaldo da ciência? Como a instituição escolar gerencia e distribui tais discursos? Como o posicionamento dos órgãos reguladores do ensino e da direção da escola pesquisada influencia o trato da temática pelos sujeitos da pesquisa?

Temos ainda a imposição de regras aos sujeitos do discurso, ou como nos diz Foucault, a “rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfazer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2013, p.35). O objetivo é impor aos indivíduos certo número de regras que visam restringir o acesso ao discurso. Assim, para entrar na ordem do discurso é preciso atender a determinadas exigências. Deste grupo de regras fazem parte: **1) Os Rituais da Palavra; 2) As Sociedades de Discurso; 3) as Sociedades de Doutrina.**

Os Rituais da Palavra visam criar um efeito pré-estabelecido sobre aqueles a quem se dirigem. Definem os comportamentos e conjunto de sinais que devem acompanhar os sujeitos que pronunciam o discurso, tendo como objetivo fixar os sujeitos que falam e a eficácia do que dizem. Já as Sociedades de Discurso são aquelas sociedades que fazem circular internamente os discursos que elas mesmas produzem e conservam, sendo os discursos distribuídos com base em regras restritas. Por último, as Sociedades de Doutrina onde para inserir-se é preciso





aceitar certas regras de conformidade com o seu conteúdo. Diferente da anterior, aqui o discurso tende a difundir-se. Atua ligando os indivíduos a determinados discursos e afastando-os de outros. Com isso, questiona-se: em que regras estão pautadas a produção e distribuição interna do discurso no grupo analisado? Que discursos são retidos no interior do grupo e quais são difundidos para além dele? Como é administrada tal lógica de utilização dos discursos?

Assim, a escolha metodológica pelos Procedimentos de Controle do Discurso foucaultiano se justifica por considerar que estes dão conta de modo eficaz de problematizar as relações permeadas pelos Discursos presentes no jogo de poder da escola, principalmente, quando pensamos as práticas discursivas referentes ao funcionamento dos discursos considerados homofóbicos entre os sujeitos pesquisados.

REFERÊNCIAS.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Juventude e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ARIAS, Ana Belén Gómez. Adolescentes lesbianas y gays frente a La homofobia. In: Galàn, José Ignacio. **Adolescentes ante La diversidad sexual: homofobia em los centros educativos**. Catarata: Madrid, 2009.

BONTEMPO, D. E. **Effects of at-school victimization and sexual orientation on lesbian, gay, or bisexual youths' health risk behavior**. Journal of adolescent health, v. 30, n. 5, p. 364-374, 2002.

BORGES, Zulmira Newlands; MEYER, Dagmar Estermann. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 59-76, jan/mar. 2008.

BORGES, Zulmira Newlands. **Percepção de professores de ensino médio e fundamental sobre homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/ Brasil)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 21-38, jan/abr. 2011.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. Barcelona: Bellaterra, 2000.





BRASIL. **Conselho nacional de combate à discriminação. Brasil sem Homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2009.

BRITZMAN, Deborah P. **O que é esta coisa chamada amor, identidade homossexual, educação e currículo.** Educação e Realidade, UFRGS, v. 21, n. 1, 1996.

DAVI, Edmar Henrique Dairell. **Intolerância e homossexualidade: as marcas da homofobia na Cultura Ocidental.** *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 13, n. 16, p. 119-137, jan./jun. 2005.

FERRARI, Anderson. Reflexões sobre homofobia na escola. In: CASAGRANDE, Lindamir. **Igualdade de Gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia.** 1ª Ed. Editora UTFPR : Curitiba, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GALÀN, José Ignacio Pichardo. **Adolescentes ante La diversidad sexual: homofobia em los centros educativos.** Catarata: Madrid, 2009.

JUNQUEIRA, R. **O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar.** In: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: discutindo práticas educativas, 2007, Rio Grande. *Anais...* Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Heteronormatividade e homofobia no currículo em ação. In: CASAGRANDE, Lindamir. **Igualdade de Gênero: enfrentando o sexismo e a homofobia.** 1ª Ed. Editora UTFPR : Curitiba, 2011.





LANASPA, Jesus Generelo. Lesbianas, gays, bissexuais e transexuais: adolescentes que no botan. In: Galàn, José Ignacio. **Adolescentes ante La diversidad sexual: homofobia em los centros educativos**. Catarata: Madrid, 2009.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. *Proposições*, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 99-109, maio/ago. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e homofobia. . In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

PAIVA, Antônio Crístian Saraiva. O inferno atravessa o mundo da educação: os embaraços da sexualidade e a fantasia da educação sexual. In: COSTA, Adriano H. Caetano; JOCA, Alexandre Martins; FILHO, Francisco X. R. Pedrosa. (org.). **Recortes das Sexualidades: Encontros e Desencontros com a Educação**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2011, p. 89-114.

PEREIRA, Henrique; LEAL, Isabel. **A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais**. *Revista Análise Psicológica*, v. 1, 2002.

QUARTIERO, Eliana Teresinha; NARDI, Henrique C. **A diversidade sexual na escola: produção de subjetividade e políticas públicas**. UNIFOR: *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. V. XI, n.2, jun., p. 701-725, 2011.

RIOS, Roger Roupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

ROSELLI-CRUZ, Amadeu. **Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão. Seu uso na educação sexual escolar**. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 73-85, jan/abr. 2011.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

WEINBERG, G. **Society and the healthy Homosexual**. New York: St. Martin's, 1972.

ABSTRACT





Using what Michel Foucault calls Speech Control Procedures, this research aims to analyze the functioning of homophobic discourses considered among students in a high school of the public in Belo Horizonte-MG. Through observation of the school routine and semi-structured interviews, the objective is to monitor these students in their daily lives in order to register the general set of their practices, attitudes, habitus (routines) in the school. The aim is to think the operation of perspectives seen as homophobic in an unconventional perspective, ie that this turns depending on where it comes from and who uses it. In other words, many expressions, jokes and insults considered homophobic in other contexts, are within the group of friends perfectly used without homophobic connotations. This work questions: how these young people featuring homophobic discourse? Who would be authorized to use this speech "transformed"? As such transformation of speech is administered and that limits are imposed? The methodology proposed here, based on Foucault's thought, focuses, as I said, the "control procedures of discourse" (Foucault, 2013) and aims to show how such procedures take shape in school, with respect to "said" and "forbidden" about the power relations that permeate the discourse on homophobic practices.

Keywords: homophobic speeches; homophobia; gay students; school

